

Ata da X Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2025

ATA CTJ N°	10/2025
Título	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
Local	Sala de Reuniões do TJCE - 102
Data	30/10/25
Horário	10:00 às 13:00

Participantes:

Nome	Instituição	Função
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves	TJCE	Desembargadora
Dra. Carol Guerra	VICE-GOV	Tecnologia de Informação
Dr. Leandro Bessa	DPCE	Subdefensor Público Geral
Dra. Mônica Kaline	MPCE	Promotora de Justiça
Dr. Danilo Rafanelle	DHPP	Delegado da DHPP
Dra. Giana Napoles	SEM	Secretaria da Mulher
Dr. Atila Einstein de Oliveira	PEFOCE	Perito-Geral Adjunto
Catulo Hansen	Vice Gov	Tecnologia da Informação
Gustavo Henrique Gondim Pereira	TJCE	SETIN
Mario David Magalhães Fernandes	TJCE	SEGOV
Israel Grangeiro Landim	TJCE	Assistente da 13ª Vara Criminal
Jordana Lima Portela	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Carla Dieyla Teixeira Ponte	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Nara Kamelly	TJCE	Diretora de Secretaria da 5ª Vara do Júri
Andressa Helena	TJCE	Assistente da 5ª Vara do Júri
Carlos Vitor Magalhães	TJCE	SETIN

Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e dos convidados acima listados.

A Desembargadora Ângela agradeceu a presença de todos os representantes do comitê e convidados, saudando os participantes e reforçando a importância da colaboração interinstitucional para o sucesso do Programa.

Em seguida, a Desembargadora Ângela repassou os compromissos firmados na última reunião.

Em relação aos Compromissos 1 e 2: A Desa. Ângela informou que Michelle (SEGOV-TJCE) apresentou a lista dos feminicídios do Estado do Ceará foi realizada a reunião com a Desembargadora Corregedora-Geral da Justiça. Relatou que encontrou a dificuldade dos processos do interior, em razão do grande número de ações penais, que estão com o histórico de partes desatualizado. Além disso, há mais de 50 Comarcas sem Juiz Titular. Asseverou que foi apresentada a ideia de criar um Juízo 4.0 para apreciar os processos de feminicídio do interior, mas sem integrar o Programa Tempo de Justiça. A Corregedora avaliou a necessidade de agendar reunião com a Secretária das Mulheres para viabilizar a criação de um programa piloto em relação aos julgamentos dos feminicídios para os próximos ciclos do Programa, com criação de critérios objetivos para escolha das comarcas que seriam atingidas pelo programa.

Nesse momento, a Sra. Giana informou o funcionamento das Casas da Mulher Brasileira no Estado, em alguns municípios, o que poderia facilitar a escolha das Comarcas para julgamento dos feminicídios.

O Dr. Leandro Bessa sugeriu que fosse visto se o projeto-piloto poderia ser criado na região do Cariri, tendo em vista o elevado número de processos envolvendo violência doméstica naquela região do Estado. Seria uma forma de combater a impunidade e comunicar a efetiva ação do sistema de justiça.

Em relação aos Compromissos 5 e 9, a Sra. Giana informou que teve uma reunião com as unidades de saúde para preservar a cadeia de provas de projéteis de arma de fogo colhidas nas unidades de saúde do Estado, já que existe um fluxo de encaminhamento, no que se refere aos hospitais do estado. No que se refere à possibilidade de levar o Tempo de Justiça ao interior, ainda será articulado com a Dra. Juliana, assessora da Secretaria das Mulheres.

O Dr. Danilo Rafanelle corroborou a necessidade de melhorar a troca de informações de unidades de atendimento de saúde com a polícia, para preservação da prova.



Seguidamente, o Sr. Gustavo informou que será necessário, para o próximo ciclo, avaliar que será implementado o PJE na área criminal. Assim, será necessário acompanhar os processos nos sistemas SAJ e PJE.

Empós, a Desembargadora Ângela informou que a data da realização da cerimônia de encerramento do atual ciclo do Programa Tempo de Justiça será no dia 12/12/2025 (sexta-feira), às 15h, solicitando a confirmação de todas as instituições.

Empós, a palavra foi passada ao Sr. Catulo Hansen, que exibiu a apresentação sobre o atual Contexto e Meta do Programa Tempo de Justiça. Destacou que a meta do programa é finalizar 35% dos fatos ocorridos entre 01/11/2023 à 31/10/2024 até 31/10/2025, com autoria apontada. Em termos numéricos, a quantidade alvo da meta desse ciclo é de **84 processos do total de 241 (4 suspensos) processos incluídos no programa**. Ressaltou que ainda restam 30 dias de prazo para o final do ciclo. Salientou que desafio nesse período é de finalizar 5 júris designados até o dia 31/10/2025.

Ressaltou que já estamos com 143,53% da meta, do ciclo de 2024, cumprida. **Foram finalizados 122 processos (51,91% do total de processos). Temos 75 processos finalizados em 400 dias, ou seja, 61,48% dos processos, superando, assim, a quantidade alcançada no ciclo anterior. Em relação aos feminicídios, dos 20 processos, 15 já se encontram finalizados (75%) até a presente data.**

Ato seguido, foi apresentado o resultado atualizado de cada Vara do Júri. Dos 122 processos finalizados, 75 foram dentro dos 400 dias, com destaque para a 3ª Vara do Júri, com 76,9%.

Em relação aos feminicídios, temos 5 processos em andamento, com 4 em fases avançadas.

Seguidamente, Catulo apresentou um gráfico informando que o ritmo de finalizados por mês cresceu de junho em diante.

Asseverou, ainda, que em uma análise temporal, a maioria dos processos terminaram entre 300 e 400 dias.

Informou que, em relação a distribuição do tempo percorrido, destacou a 1ª e 3ª Varas do Júri (terminaram seus processos até os 400 dias).

No que se refere à distribuição dos processos por fase, Catulo apresentou que, dos 241 processos do ciclo, 76,34% (184) já foram pronunciados, indicando que a maioria dos casos superou a primeira fase do júri, correspondente à admissibilidade da acusação. E ainda, dos 119 processos em andamento, 79,83% (95) já se encontram avançados no curso do processo, demonstrando progresso substancial no fluxo procedimental. Asseverou que, atualmente, há 47 processos em grau de recurso.

Por fim, Catulo disse que passou ao Dr. Rodrigo Jathay a relação de inquéritos que foram enviados ao Judiciário, pelo SIP3W, mas não consta a data do envio, o que pode afetar a apuração dos dados para a premiação. O Dr. Danilo Rafanele informou que uma servidora está fazendo essa conferência e preenchendo a planilha.

Nesse momento, a Sra. Carol Guerra informou que a assessoria da Vice-Governadoria já iniciou o processo de confecção das placas para a premiação do ciclo. No que se refere à presença do Governador, informou a mudança da data e passará o novo horário para verificar a disponibilidade. Em relação ao local, foi confirmado que será no Palácio da Abolição, estando faltando apenas os trâmites administrativos.

A Desa. Ângela informou que quando os dados foram apurados, repassará a relação de nomes para a confecção das placas.

Dada a palavra ao Sr. Catulo, ele asseverou que, na reunião com a SSPDS, houve a conversa com o Dr. Leonardo, Diretor da AESP, sobre um treinamento sobre o Programa Tempo de Justiça.

Sr. Gustavo afirmou que, atualmente, os esforços de TI do Tribunal estão voltados à implantação do PJE determinada pelo CNJ. Asseverou que é necessário trazer o Programa Tempo de Justiça mais para dentro do Tribunal, para poder fazer o trâmite de dados para alimentar os futuros painéis do Programa. Em seguida, compartilhar com as demais instituições conveniadas. Sr. Catulo complementou, informando que já está em reuniões com alguns setores para desenvolver o **Painel Tempo de Justiça 4.0**. Destacou que solicitou um backup de dados para a Vice-Gov, mas não foi autorizado.

A Sra. Carol Guerra explicou que as vagas criadas para auxiliar o Sr. Catulo estão dentro da Vice-Gov. Assim, por razões de segurança da informação, não pode aprovar o acesso em razão de não conhecer quem faria esse acesso.

A Sra. Carol solicitou que fosse encaminhada a rotina necessária que ela levaria para aprovação. Também disse que é possível disponibilizar um desenvolvedor para dar apoio eventuais.

A Desa. Ângela explicou que gostaria de deixar como legado do Programa Tempo de Justiça o Painel 4.0. Nesse momento, foi aprovada pelos presentes, a ata da última reunião.



Para encerrar, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reafirmou o calendário de reuniões ordinárias, que continuam ocorrendo na última quinta-feira de cada mês, às 10 horas, mantendo o compromisso de acompanhamento contínuo e aprimoramento das ações do Programa.

COMPROMISSOS:

#	Compromissos	Responsável
01	Secretaria da Mulher deve trazer na próxima reunião uma proposta de como levar o Tempo de Justiça Mulher para o interior.	Sra. Giana Napolés
02	Vice-Gov articulará a data da cerimônia com o Governador (12/12/2025 pela tarde).	Sra. Carol Guerra
03	Dr. Danilo Rafanelle providenciará a conferência da planilha dos inquéritos remetidos sem o registro da data de envio.	Dr. Danilo Rafanelle
04	Comitê fará a apuração dos resultados.	Comitê
05	A Desa. Ângela informou que quando os dados forem apurados, repassará a relação de nomes para a confecção das placas.	Comitê
06	Desa. Ângela agendará uma reunião com a SSPDS, através do Dr. Leonardo, Diretor da AESP, sobre um treinamento sobre o Programa Tempo de Justiça.	Desa. Ângela

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 13h, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **28 de novembro de 2025, sexta-feira, às 10h00min, no TJCE.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.